

das grandes cidades, afectando as condições de trabalho e de repouso de populações cada vez mais numerosas.

A luta contra a *poluição das águas interiores* assume também aspecto prioritário. É indispensável desenvolver actuações vigorosas neste domínio, através da definição de uma política global de gestão dos recursos aquíferos, cada vez mais raros e de utilização mais diversificada; daí a necessidade de os proteger, racionalizando a sua mobilização para os diferentes tipos de consumos e compatibilizando os diversos interesses em jogo.

A *preservação dos mares*, que envolve interesses amplos e diversificados, impõe-se com carácter de acuidade porque, nos últimos anos, os oceanos têm sido atingidos por numerosas agressões que põem em risco a sua permanência como elemento estabilizador e autêntica reserva patrimonial de toda a humanidade. Isso não só pelas actividades marítimas que os afectam (transporte de hidrocarbonetos, por exemplo), mas também pelo lançamento indiscriminado de efluentes industriais e esgotos urbanos, pela afluência de águas continentais poluídas ou, ainda, pela deposição de partículas suspensas na atmosfera, como os resíduos radioactivos. Este aspecto da ampla problemática da poluição, tal como os anteriores, também se relaciona directamente com a actividade económica, condicionando o melhor aproveitamento de recursos, designadamente os piscatórios e as potencialidades turísticas, e impondo condições à localização de certas unidades industriais.

Protecção e melhoria do ambiente rural

60. Ainda que o ambiente rural constitua o quadro de vida da parte da população menos exigente e mais rarefeita, não há dúvida de que a sua melhoria se não pode dissociar da qualidade do desenvolvimento, no contexto de uma política global de ordenamento do território. Aliás, as grandes áreas urbanizadas dependem cada vez mais dele, não só como alicerce de actividades complementares, mas também como espaço reservado à evasão e ao repouso. Por isso, assume importância cada vez maior a política de criação de parques e de reservas naturais.

Mas é indispensável, também, cuidar da protecção do ambiente rural contra alguns excessos derivados da intensificação da agricultura, como seja o uso incontrolado de poderosos pesticidas.

Em muitas áreas haverá que promover um nítido retorno à floresta, como ocupação mais adequada ao bom aproveitamento e conservação de solos pobres e declivosos, combatendo o processo erosivo e contribuindo para a progressiva regularização do regime dos cursos de água. O património florestal requer, ainda, uma organização eficiente de combate aos incêndios, sem a qual se podem perder em poucas horas enormes riquezas e facilitar o processo de degradação que se procura travar.

Protecção e melhoria do ambiente urbano

61. Neste domínio há que prestar uma atenção muito especial à expansão das cidades mais dinâmicas. Este processo, fundamental no âmbito do ordenamento do território, implica a definição de esquemas directores e de uma política de solos compatível com a manutenção de espaços verdes e as limitações impostas pela proximidade de aeroportos e de áreas industriais,* especialmente quando guarnecidas com indústrias de características mais poluentes.

Na implantação de novos pólos de atracção, cuidar-se-á que do facto não resulte a rápida degradação do tecido urbano. O crescimento demasiado rápido cria problemas de alojamento e de circulação. Dos primeiros resulta frequentemente o aparecimento de uma cintura periférica de bairros insalubres; os segundos podem esclerosar a vida urbana pelo alongamento da duração dos percursos, pelo aumento dos problemas derivados do estacionamento, pela intensificação do grau de poluição atmosférica e dos ruídos, etc.

Outra necessidade que se impõe é a de manter e criar espaços verdes, o que colide, frequentemente, com o elevado valor dos terrenos e obriga a encarar soluções de âmbito institucional que permitam melhor e mais racional planeamento e ocupação do espaço físico.

A situação no continente

62. A situação com que actualmente se depara no continente português impõe já a adopção de medidas enérgicas tendo em vista a protecção do ambiente.

Crê-se ser ainda possível evitar os erros e situações irreversíveis que hoje afectam o desenvolvimento em muitos países mais evoluídos. A circunstância de coexistirem situações de relativo atraso económico com outras que caracterizam as áreas industrializadas dificulta, todavia, o delineamento das acções a preconizar.

O acentuado desequilíbrio entre a faixa litoral, apoiada nas áreas urbanas de Lisboa e do Porto, e o resto do País pressupõe, imediatamente, uma diferenciação na problemática da defesa do ambiente. Num lado avultam as questões suscitadas pela indústria e o urbanismo; no outro, tudo o que caracteriza as áreas rurais deprimidas, perdendo população e dinamismo e baseadas numa agricultura que, em grandes extensões, se exerce em detrimento da necessidade de conservação do solo e dos respectivos níveis mínimos de fertilidade natural.

Outro aspecto que impõe a adopção de medidas, inclusive de carácter legislativo, é o relacionado com a criteriosa gestão das disponibilidades aquíferas, tanto no que respeita à respectiva avaliação como às suas afectações e à neutralização das principais causas de poluição. Exemplo relevante é a necessidade de preservação das reservas subterrâneas constituídas pelos lençóis profundos da bacia do Tejo, pelo interesse de que se revestem para o abastecimento da área metropolitana de Lisboa. Por outro lado, o domínio mais perfeito do regime dos principais cursos de água, intimamente relacionado com problemas de arborização de vastas áreas desguarnecidas de revestimento florestal, não deixará de ter reflexos benéficos no *controlo* de cheias, no aproveitamento de campos marginais e na regularização do volume das reservas hídricas subterrâneas.

63. Podem enunciar-se alguns dos problemas que, no continente, aparecem já como prioritários na definição da política de protecção do ambiente. São eles:

- a) *Áreas urbanizadas de Lisboa e do Porto* — crescente poluição atmosférica originada pelo parque automóvel e pela concentração industrial; problemas resultantes das águas residuais não tratadas (poluição do estuário

do Tejo, por exemplo) e da deficiente recolha de lixos; redução exagerada dos espaços verdes;

b) *Áreas rurais do interior* — processo acelerado de desertificação; abandono de povoações e assentos agrícolas; degradação dos solos; área florestal a ampliar e proteger; carência flagrante de infra-estruturas sociais, com reflexo, entre outros, nas condições de salubridade;

c) *Áreas rurais mais desenvolvidas* (faixa litoral, solos aluvionares e outras áreas de agricultura intensiva) — crescente poluição originada principalmente por pesticidas e também resultante da implantação de determinadas unidades industriais (fábricas de pasta celulósica e de papel, de cimento, de fertilizantes, de têxteis, de curtumes, destilarias, lagares de azeite, etc.); domínio das cheias e melhoria dos sistemas de enxugo; combate à erosão hídrica; problemas de compatibilização estética e funcional entre as instalações com fins turísticos e o quadro natural;

d) *Área marítima costeira* (incluindo os estuários do Tejo e do Sado) — degradação das praias provocada por crescente poluição por hidrocarbonetos, a que se juntam efluentes de algumas fábricas e dos centros urbanos (não se excluem deste processo as refinarias e os grandes estaleiros do Porto de Lisboa).

A política de protecção do ambiente

64. No sentido de promover, orientar e coordenar as actividades dos diferentes departamentos da Administração com responsabilidades nesta matéria, será reorganizada a Comissão Nacional do Ambiente.

Cumprirá a este órgão estudar e propor, de acordo com os aspectos prioritários que ficaram apontados, as directrizes fundamentais da política de protecção do ambiente, a definir e observar no decurso do IV Plano de Fomento.

Tais directrizes terão expressão concreta na programação de acções adequadas à execução da política adoptada, entre as quais assumirão particular relevo

as que neste Plano são desde já consideradas — designadamente nos domínios do saneamento básico (cf. capítulo sobre «Habitação e Urbanismo») e da saúde.

A Comissão acompanhará, também, a realização de outros empreendimentos que venham a ser aprovados com vista à minimização possível dos seus efeitos nocivos sobre o ambiente rural e urbano, tendo em conta que é mais fácil e económico evitar, prevenindo, de que remediar, forçando.

O ordenamento do território constituirá um dos enquadramentos fundamentais da acção futura.

G) O pólo urbano-industrial de Sines

65. Escolhida, por decisão do Governo, a zona de Sines para a localização de um pólo de crescimento urbano-industrial, foi criado, pelo Decreto-Lei n.º 270/71, de 19 de Junho, o Gabinete da Área de Sines, com vista à prossecução dos seguintes objectivos:

Promover a criação de uma área de implantação concentrada de indústria de base e de um terminal oceânico, dotados das adequadas infra-estruturas e dos necessários serviços de apoio;

Promover a instalação de outros empreendimentos industriais que possam contribuir para o mais harmónico desenvolvimento do complexo;

Promover a criação dos centros urbanos exigidos pela concentração populacional, resultante do exercício das actividades industriais, e a instalação e o funcionamento dos respectivos equipamentos sociais;

Propor a adopção das formas de gestão mais convenientes para diversos empreendimentos a realizar.

Na linha de concretização dos referidos objectivos, ficou o Gabinete encarregado de elaborar o plano geral e os correspondentes planos parciais relativos à criação e ao desenvolvimento da área urbano-industrial, bem como de coordenar a realização dos empreendimentos a implantar e superintender no estudo e execução das infra-estruturas e serviços de apoio.

A partir dos estudos efectuados, foram esses planos apresentados ao Governo e aprovados pelo Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos em 30 de Novembro de 1972.

Os planos parciais existentes incluem a 1.^a fase do porto, do novo centro urbano e das infra-estruturas, contendo como principais empreendimentos os que a seguir se indicam:

a) Porto de mar

66. A especificação do futuro porto de Sines foi concebida tendo em conta os imperativos do desenvolvimento global da área — em particular da zona industrial — e atendendo às evoluções previsíveis das características dos navios e do equipamento portuário, bem como da estrutura do transporte marítimo internacional.

A 1.^a fase, cuja execução corresponde aproximadamente ao 1.^o triénio do IV Plano de Fomento, inclui as seguintes obras:

Molhe oeste com uma extensão de cerca de 2025 m;

Três postos de acostagem para petroleiros com capacidades de, respectivamente, 100 000 tdw, 250 000 tdw/350 000 tdw e 500 000 tdw;

Terminal para produtos refinados, com dois postos de acostagem para navios até 45 000 tdw, preparados para fácil expansão até 100 000 tdw;

Porto de construção e pesca com os respectivos terraplenos, dimensionado de modo a receber o equipamento do empreiteiro do porto; e os materiais e equipamentos para os investidores privados na 1.^a fase do projecto; a servir de doca de apoio ao equipamento flutuante do porto; e ainda de porto de pesca, a médio e longo prazos;

Sector de carga geral, com 350 m de cais acostável e terraplenos;

Molhe sul destinado a terminal mineraleiro, cujas especificações dependem de estudos adicionais, mas com cerca de 950 m de comprimento e dando protecção ao sector da carga geral.

Prevê-se ainda a possibilidade de construir no 1.^o triénio do IV Plano de Fomento:

Terminal L. P. G. (Liquified Petroleum Gas),
com dois postos para navios de 3000 tdw;

Ao abrigo do molhe sul:

Cais a — 10,5 m do 0 hidrográfico para navios até 15 000 tdw;

Cais a — 15 m do 0 hidrográfico para navios até 40 000 tdw;

Prolongamento de cerca de 150 m do molhe sul, de modo a permitir a instalação de:

Posto de amarração para navios minereiros até 70 000 tdw, em fundos que permitam fácil expansão para receber navios até 100 000 tdw.

No 2.º triénio (1977–1979) prevê-se a expansão portuária da zona de carga geral e do terminal mineiro para servir navios até 250 000 tdw, assim como a do terminal petrolífero com mais 650 m de molhe e a criação de um novo posto de 1 000 000 tdw, a adaptação da bacia de manobra de um dos postos existentes para receber navios desta mesma tonelagem e a consequente expansão de postos para refinados de exportação.

b) Núcleos urbanos

67. O planeamento urbano da região considera a expansão moderada dos aglomerados urbanos já existentes — Sines e Santiago do Cacém — e a criação de um novo centro urbano — Santo André — que ficará localizado junto à lagoa do mesmo nome.

O respectivo plano parcial prevê o estabelecimento de um núcleo gerador do novo centro urbano, cuja expansão prevista até 1976 inclui:

- A construção de cerca de 6000 fogos;
- O início da construção de um hospital com cerca de 600 camas;
- A criação de um centro de saúde para servir aproximadamente 20 000 pessoas;
- O equipamento educacional constituído por:
 - 2 escolas pré-primárias;
 - 4 escolas primárias;
 - 1 escola preparatória;
 - 1 estabelecimento de ensino secundário;
 - 1 centro de formação profissional acelerada;

- Áreas comerciais da ordem dos 35 000 m²;
- Instalações para a indústria, abrangendo a construção de pavilhões numa área aproximada de 70 000 m²;
- Instalações para os serviços da administração pública, incluindo a sede definitiva do Gabinete da Área de Sines, numa área de construção com cerca de 15 000 m²;
- Equipamento desportivo constituído por piscina, campo de golfe, ginásio coberto e parque urbano;
- Jardins, cobrindo uma área de cerca de 12,5 ha, complementando um parque regional de protecção da natureza que incluirá a lagoa de Santo André e com uma área total de cerca de 6300 ha.

De acordo com as linhas orientadoras para o desenvolvimento urbano da área prevê-se, para o triénio 1977-1979:

- A construção de mais cerca de 12 000 fogos;
- A continuação da construção do hospital e de outros equipamentos nos domínios escolar, cultural, desportivo e religioso;
- A ampliação dos jardins e espaços verdes urbanos em 7 ha;
- Expansão das áreas comerciais em mais 25 000 m²;
- Expansão das áreas para indústria ligeira não poluente em mais 100 000 m²;
- Instalações para a administração pública numa área construída de cerca de 9000 m².

c) Infra-estruturas de base

68. O primeiro programa parcial é constituído pelos seguintes empreendimentos:

Rede viária

Ligação rodoviária à rede nacional:

Construção da variante à estrada nacional n.º 120, servindo o pólo de Sines a partir de Grândola, com execução a cargo da Junta Autónoma de Estradas, embora coordenada e incluída nos esquemas de financiamento do Gabinete da Área de Sines;

Rede viária interna, com uma extensão de cerca de 40 km, repartida pelos seguintes troços:

- Ligação da variante à estrada nacional n.º 120 — instalações portuárias (R-52);
- Ligação da variante à estrada nacional n.º 120 — novo centro urbano (R-51);
- Ligação do novo centro urbano — áreas industriais e instalações portuárias (R-41);
- Ligação do porto à estrada nacional n.º 120, a sul de Santiago do Cacém (R-53).

As estradas mencionadas constituirão a base da rede rodoviária principal da área de Sines, a completar com uma rede secundária interna, com vista a assegurar a melhor ligação entre as zonas urbanas e industriais, a executar à medida que o efectivo desenvolvimento da área o justifique.

Abastecimento de água

O esquema de abastecimento de água à área de Sines, estudado de forma a satisfazer as necessidades industriais e urbanas ao longo do tempo, prevê um faseamento constituído pelas seguintes etapas:

- Utilização dos recursos aquíferos subterrâneos e superficiais;
- Reforço em capacidade, através da ligação às captações a efectuar no Alto Sado;
- Ligação ao Guadiana com a integração eventual nas infra-estruturas hidráulicas do Plano de Rega do Alentejo.

Rede de saneamento

O esquema geral do sistema de saneamento da área de Sines considera um escalonamento em que as fases fundamentais são as seguintes:

- Troço de ligação de Santiago do Cacém até à rede de Sines, numa extensão de 6,5 km;
- Emissário geral até à primeira estação de tratamento primário, com 6,5 km;
- Emissário geral desde a citada estação até ao exutor, numa extensão de 6 km;

Construção de redes de saneamento pluvial e doméstica do novo centro urbano, áreas industriais, assim como a remodelação das redes dos aglomerados existentes: Sines e Santiago do Cacém;

Exutor de lançamento ao mar.

Rede eléctrica

Estão previstos os seguintes investimentos:

A cargo da rede primária — Companhia Portuguesa de Electricidade, S. A. R. L. —, que incluem a construção de uma linha de transporte, a 150 000 V, Setúbal-proximidades de Santiago do Cacém, posteriormente a ser prolongada até Tunes, e da correspondente subestação;

A cargo do distribuidor em alta tensão no distrito de Setúbal — União Eléctrica Portuguesa, S. A. R. L., — que inclui a melhoria da rede a 60 000 V e 30 000 V da empresa na área de Sines;

A cargo do orçamento do Gabinete da Área de Sines, mas realizado através da Federação de Municípios do Distrito de Setúbal, prevê-se o dispêndio de 15 000 contos para a realização de uma subestação à entrada de Sines e da correspondente rede de alta e baixa tensão, assim como de uma subestação para servir o novo centro urbano de Santo André e das correspondentes redes.

Telecomunicações

Foi estabelecido, de acordo com os Correios e Telecomunicações de Portugal, um programa com o objectivo de dotar a área dos necessários meios, tanto em telefones como em rede *telex* e postos de correio. Assegurar-se-á que este sector acompanhe o desenvolvimento da área, mantendo uma razoável margem de segurança na prestação dos serviços.

d) Actividade Industrial

69. Para além de diversas acções a cargo do sector público relacionadas com a promoção industrial e que incluem, no período de 1974-1976, a previsão

de 300 000 contos a despendar pelo Gabinete da Área de Sines, considera-se de interesse referir os investimentos a cargo do sector privado, cujo início de realização se situa no 1.º triénio do IV Plano de Fomento.

	Estimativa dos investimentos — Milhares de contos
Refinaria de petróleo bruto, com capacidade para 10 000 000 t	6 830
Complexo petroquímico de olefinas	9 500
Unidade de produção de cloro	400
Fábricas de explosivos e material de guerra	200
Unidades metal-mecânicas	750

Prevê-se, ainda, a expansão, durante o período do IV Plano de Fomento, do conjunto das actividades industriais do complexo de Sines, quer pela ampliação de ramos anteriormente mencionados, quer pela introdução de novas actividades, actualmente em estudo, de entre as quais se destaca o tratamento de pirites.

**e) Resumo dos investimentos públicos
no triénio de 1974-1976**

70. Para o período de execução deste Plano está previsto que o montante dos investimentos públicos a realizar seja superior a 14 milhões de contos (a preços de 1972, data da aprovação do plano geral e dos planos parciais). O resumo dos empreendimentos a levar a efeito no 1.º triénio do IV Plano de Fomento é apresentado no quadro seguinte:

**Resumo dos investimentos públicos
previstos na área de Sines no triénio de 1974-1976**

Discriminação	Montantes — Milhares de contos
Aquisição de terrenos	250
Porto	3 947
Estudo, projecto e fiscalização	65
Construção civil	2 712
Equipamento	430

Discriminação	Montantes — Milhares de contos
Apetrechamento portuário	360
Terminal petrolífero (tancagem)	330
Terminal mineiraleiro (equipamento)	50
Núcleos urbanos	1 890
Habitação	1 105
Educação	75
Saúde	210
Equipamento cultural e religioso	55
Equipamento desportivo	35
Espaços verdes	25
Administração pública	85
Áreas comerciais	100
Instalações para indústria ligeira	140
Trabalhos de urbanização	60
Infra-estruturas de base	1 405
Rede viária	780
Abastecimento de água	440
Saneamento	170
Energia eléctrica	15
Promoção industrial	300
Contrôle de poluição	6
Total	7 798

Nota. — Valores estimados a preços de 1972, à excepção da verba «Construção civil» para o porto, que se baseia no valor da adjudicação decidida pelo Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos na sua reunião de 2 de Agosto de 1973.

B. Sectores produtivos e de infra-estrutura económica

CAPÍTULO V

Agricultura, silvicultura e pecuária

A) Objectivos

1. Os objectivos gerais a prosseguir no quadro do IV Plano de Fomento foram definidos tendo em conta os diversos condicionalismos que envolvem a actividade do sector agrícola. Teve-se, ainda e particularmente, em conta, por um lado, a circunstância de que o desenvolvimento económico tem gerado e constituirá a gerar procuras acrescidas — e mais exigentes em qualidade — de produtos agrícolas; e, a par disso, até por exigência de um processo de desenvolvimento que se pretende equilibrado, a necessidade urgente de proporcionar à agricultura condições de recuperação que não pode mais tardar.

A esta luz, os objectivos acolhidos no âmbito do Plano são os seguintes:

- 1.º *Acréscimo do produto agrícola bruto (P. A. B.) à taxa anual mínima de 2 %, considerando-se a necessidade de:*

Promover o fornecimento de produtos agrícolas de harmonia com a evolução da estrutura do consumo e a preços compatíveis com o carácter competitivo que é necessário imprimir às produções;

Favorecer a estabilidade interna de preços;

2.º *Acréscimo da produtividade global do sector à taxa anual de 5 %-6 %, o que, acompanhado de um decréscimo da população activa agrícola ao ritmo de 3 %-4 % ao ano, permitirá reduzir a cerca de 75 % do seu valor actual a diferença entre os valores do produto interno bruto por activo e do produto agrícola bruto por activo agrícola.*

2. Um desdobramento do primeiro objectivo proposto por subsectores permitiu reter o seguinte quadro orientador da produção:

1.º *O crescimento do P. A. B. continuará a fazer-se, como no passado mais recente, sobretudo à custa do subsector das produções animais, onde se deve destacar, em particular, a produção de carne; nos ramos de produção de carne e de leite haverá que conseguir fortes acréscimos de produção para responder aos grandes acréscimos de procura que se esperam, em virtude, sobretudo, de mais elevados rendimentos disponíveis para consumo.*

2.º No subsector das produções vegetais, onde haverá que desencadear importantes esforços de modo a alterar a tendência do passado para decréscimo do produto, os ramos de produção que assumem maior importância são os de:

Cereais — cujo produto de prevê continue a decrescer, mas agora muito mais lentamente e, sobretudo, como resultado de uma alteração de pesos relativos das contribuições dos diversos cereais e de um mais intenso recurso a consumos intermédios;

Frutos e produtos hortícolas — ramos cujo produto, medido em termos de valor acrescentado, se prevê cresça de modo muito significativo.

Destaca-se ainda a importância que se espera venham assumir algumas novas produções, o que se traduzirá por um forte crescimento do que até aqui se tem designado por «outras produções vegetais».

Por último, e ainda no quadro das produções agrícolas vegetais, saliente-se que nos ramos:

Vinhos e aguardentes — se espera manter o produto ao nível actual, apesar das profundas reestruturações que se visam;
Leguminosas e tubérculos — se espera também manter o produto ao nível actual, o que pressupõe um progressivo assumir de importância das produções de culturas leguminosas.

- 3.º O valor acrescentado das produções florestais continuará a expandir-se a ritmo semelhante ao registado no passado recente, o que implica um esforço para mais completo aproveitamento dos recursos existentes, sobretudo no tocante a material lenhoso.

Retiveram-se, assim, como mais adequadas, as taxas de crescimento por ramos de produção que se registam no quadro I.

QUADRO I

Taxas de crescimento do V. A. E.
por subsectores e ramos de produção

Subsectores e ramos de produção	Taxas — Percentagens	
	Objectivos para o período (1974-1979)	Do passado (1953-1979) medidas sobre a tendência
1 — Agricultura e pecuária	+ 2,0	+ 0,9
1.1 — Produções vegetais	+ 0,7	— 1,7
1.1.1 — Cereais	— 0,6	— 3,4
1.1.2 — Leguminosas e tubérculos	— 1,0	+ 0,4
1.1.3 — Vinhos e aguardentes	0,0	— 0,1
1.1.4 — Azeite e azei- tonas	— 1,0	— 1,6
1.1.5 — Frutas	+ 3,0	+ 2,8
1.1.6 — Produtos hortícolas	+ 2,5	+ 0,9

Subsectores e ramos de produção	Taxas — Percentagens	
	Objectivos para o período (1974-1979)	Do passado (1953-1979) medidas sobre a tendência
1.2 — Produções animais.....	+ 3,2	+ 2,7
1.2.1 — Carne	+ 3,6	+ 3,2
1.2.2 — Leite	+ 2,4	+ 1,9
1.2.3 — Ovos	+ 1,9	-
1.2.4 — Lã	+ 1,8	-
2 — Silvicultura e caça	+ 1,8	+ 1,6
2.1.1 — Material lenhoso	+ 2,2	+ 1,8
2.1.2 — Cortiça	+ 0,4	+ 0,4
2.1.3 — Resinas e cascas tanan- tes e outros	+ 3,6	+ 3,7

A fixação dos objectivos de crescimento enunciados terá de enquadrar-se noutro mais geral, a longo prazo, de modo que se possa garantir a sustentação do crescimento do sector, o que implica algumas alterações no domínio das estruturas.

Há, assim, que fazer um esforço muito acentuado no sentido de aumentar a área média das explorações agrícolas do continente, o que se deverá fazer, evidentemente, segundo expressões regionais diferenciadas.

Uma possível expressão da reforma de estruturas será a constituição de empresas públicas para produção agrícola e florestal, solução que, a adoptar-se, estará naturalmente indicada para parte importante do património fundiário já hoje na posse ou sob administração do Estado. Esta possibilidade será, também, estudada durante o 1.º triénio de execução do Plano, por forma que, até ao seu final, venha a ser possível apresentar a legislação necessária com especificação das condições em que se poderá recorrer a tal tipo de empresas.

Ainda dentro do âmbito das alterações estruturais, há que revigorar o associativismo agrícola para o que se fixa como objectivo que, *no final do Plano, a representação relativa do número de explorações associadas atinja pelo menos 10 %* (contra cerca de 4 % registados através do inquérito às explorações agri-

colas do continente em 1968), com especial incidência para as empresas com mais de 5 ha e menos de 100 ha, que se visa estejam associadas em pelo menos 20 % dos casos.

O reforço do associativismo, que deverá contribuir por forma decisiva para alterar a actual situação, em que a oferta de produtos agrícolas aparece praticamente atomizada, deverá ainda expressar-se pelos maiores valores relativos das quantidades produzidas que entrarão no mercado através das associações. Deste modo, para lá do objectivo atrás fixado quanto a número de explorações associadas, procurar-se-á que, em relação aos produtos indicados no quadro II, a quota-parte da produção controlada pelas associações de toda a metrópole seja a que também aí se inscreve.

QUADRO II

Quota-parte mínima de algumas produções sob «contrôle» das associações de agricultores em 1979

Produtos	Quota Percentagens
Vinho	50
Leite	60
Manteiga	20 *
Queijo	20
Carne	10
Fruta	20
Material lenhoso	3
Resina	3

4. Sendo uma das limitações à actividade agrícola, nas condições ecológicas do continente, a carência de água no solo no período em que se registam mais favoráveis condições de temperatura, *continuar-se-á a expandir a área submetida a rega, quer através dos grandes aproveitamentos a construir pelo Estado que se revelem economicamente interessantes, quer através de pequenos aproveitamentos cuja construção, por iniciativa privada, se estimulará.* Para qualquer dos tipos de aproveitamento haverá que fazer importantes investimentos de que é necessário tirar o máximo benefício social, pelo que, em especial para as áreas regadas ou sob influência directa delas, se concentrarão esforços no sentido de uma intensificação da agri-

cultura; nos novos perímetros de rega ter-se-á que obter muito fortes acréscimos do valor acrescentado do sector agrícola.

Esta mesma orientação deverá aplicar-se aos perímetros de rega já em pleno funcionamento, ou a entrar em tal fase no decurso do Plano. Em relação a estes haverá de montar-se, no 1.º triénio de vigência do Plano, um esquema de acompanhamento da evolução económica de forma a fundamentar futuras intervenções que se revelem necessárias *para assegurar que o produto gerado naquelas zonas cresça a taxas nunca inferiores a 5 % por ano, ao mesmo tempo que se alcance uma equitativa distribuição dos benefícios.*

A evolução procurada da actividade agro-pecuária, com acréscimos de produtividade física do solo através da adopção de melhores técnicas, nomeadamente mais adequada rotação de culturas e mais correcto uso de alguns factores de produção, como água, adubos e pesticidas, e a saída de novos contingentes de mão-de-obra, levam a prever importantes reconversões culturais com progressivo abandono de terras já hoje ocupadas marginalmente por actividades agrícolas, terras que reverterão para ocupações que, incluindo as actividades silvo-pastoris, se consideram no âmbito muito lato da floresta.

Haverá, assim, que considerar um programa, necessariamente de longo prazo, que deverá arrancar desde já e em relação ao qual se marca como objectivo a atingir o de *entregar à floresta de protecção ou de produção, em regiões perfeitamente identificadas e por intermédio de actuações concentradas, 300 000 ha até final do Plano*, objectivo que se enquadra no âmbito das reformas estruturais a conseguir.

Atenta a precariedade das redes de estradas e caminhos rurais, expressa pelo facto de, no inquérito agrícola de 1968, elevado número de explorações se encontrar em situação de isolamento por não dispor de acesso permanente a transportes e equipamentos modernos, visa-se, no decurso do Plano, através de programas de desenvolvimento e equipamento rural, tal como são definidos no capítulo do ordenamento do território, melhorar substancialmente a situação actual.

5. Embora o estágio de desenvolvimento da economia nacional e os condicionalismos em que tem evo-

luído a actividade do sector agrícola levam a conceber os objectivos a atingir neste sector predominantemente em termos de produção ou de alteração de estruturas, não pode deixar de se reconhecer que a agricultura, ao utilizar uma vasta parcela do território, oferece ao consumo da sociedade global, ainda que indirectamente, quer água para fins múltiplos, quer os espaços verdes de enquadramento e defesa do ambiente urbano e rural.

A importância destes aspectos de defesa do ambiente através da utilização agrícola é, já hoje, assumida por tal forma que o Plano os acolhe, em conjunto com outros elementos, em capítulo próprio, onde se definem objectivos e estratégias adequadas e se referem os meios de actuação necessários; no capítulo consagrado à agricultura cabe, tão-somente, recordá-los como condicionalismos a introduzir em relação aos objectivos de produção assinalados e, ainda, como elementos equilibradores numa perspectiva de longo prazo.

E) Domínios prioritários de actuação

6. Assinalados os objectivos a atingir, importa notar que o seu cumprimento depende, em grande parte, da adesão que lhes derem os próprios empresários agrícolas. À Administração cabe, no entanto, criar as condições necessárias para que se verifique aquela adesão, se atribuam ao sector os meios de produção suficientes e se atinjam níveis mais altos de eficiência na aplicação desses mesmos meios.

Haverá, assim, que actuar ao nível das empresas, visando melhor atribuição de factores de produção, alteração de condições insatisfatórias de mercado e aumento do nível de rendimento dos agricultores. Haverá, por outro lado, que actuar dentro dos próprios serviços da Administração, no sentido de lhes conferir os recursos e o dinamismo necessários ao eficaz desempenho das funções que lhes cabem. Esta actuação sobre os órgãos da Administração, levando a incluírem-se, desde já, no Plano despesas que se classificam de desenvolvimento, deverá, também, colocar estes órgãos em condições de detectarem e estimularem o aparecimento de projectos privados em relação aos quais se prevê a possibilidade de recorrer a determinados volumes de crédito, a atribuir criteriosamente, e deverá, ainda, permitir a preparação

de alguns projectos cuja execução será depois conduzida, pelo menos em alguns aspectos, pelos próprios órgãos da Administração.

7. Entre as actuações a nível das empresas, visando melhor atribuição de factores de produção, salientam-se as que se desenvolverão nos seguintes domínios:

Do crédito, como forma de facilitar às empresas a disponibilidade de capitais sob diversas formas; daí que o crédito se deva articular quer com os objectivos de produção propriamente ditos, quer com os da reforma das estruturas empresariais;

Da investigação e vulgarização, como forma de pôr à disposição dos empresários o conjunto de conhecimentos técnico-económicos, incluindo mesmo formas de organização, indispensável ao desenvolvimento;

Da formação profissional, complementar do anterior e servindo os mesmos fins;

Da conservação do solo e da gestão dos recursos aquíferos, em cujo âmbito se incluem as orientações quanto a rega e à instalação de novos regadios;

Da fiscalidade, quando ligada à obtenção de uma melhor utilização dos factores de produção;

Do associativismo agrícola, nos aspectos de fornecimento de bens e serviços ao sector.

Visando as alterações das condições de mercado, salientam-se as intervenções nos domínios:

Dos preços;

Do associativismo agrícola, nos seus aspectos de organização da oferta de produtos agrícolas no mercado;

Da organização e disciplina do mercado, ligada, sobretudo, aos mecanismos de intervenção.

Visando a melhoria dos rendimentos do agricultor, reconhecendo-se que tal perspectiva enforma basicamente todos os pontos anteriores, salientam-se as actuações nos domínios:

Da continuada extensão ao sector agrícola dos benefícios da Previdência e outros de política social;

Do reforço da representatividade das organizações profissionais do sector;

Da fiscalidade, nos seus aspectos redistributivos;

Da utilização dos espaços rurais livres de utilização agrícola como ambiente de protecção e recreio das zonas e populações urbanas e posto ao serviço do sector de turismo.

8. As actuações a nível dos órgãos da Administração poderiam ser apresentadas no seu desenvolvimento em domínios em tudo semelhantes aos enunciados quanto às actuações junto das empresas. No entanto, todas estas actuações se interligam para constituir uma política agrícola cuja concretização pressupõe a existência de um aparelho administrativo suficientemente dinâmico. Nesta perspectiva torna-se indispensável, para a própria exequibilidade do Plano, a *reestruturação de todo o conjunto dos serviços da Secretaria de Estado da Agricultura*, aproveitando-se o ensejo para, simultaneamente, rever o conjunto das competências a atribuir a este departamento.

Crédito agrícola

9. Para as actuações ao nível das empresas^{*} convém especificar, desde já, algumas orientações dentro de cada domínio, para depois se indicarem os programas a levar a cabo no decurso do Plano.

Assim, quanto ao *crédito*, pretende-se instituir uma orgânica que possa conceder, *de forma coordenada e economicamente fundamentada, os créditos necessários quer à formação de capital fixo, quer ao funcionamento das empresas*. Tal orgânica, a implantar durante o 1.º triénio de vigência do Plano e que terá de responder, de forma adequada, às necessidades de um sistema moderno de arrecadação de recursos de um sector de actividade que pretende crescer e de uma técnica de gestão financeira que tenha em conta as características específicas dessa actividade, resultará dos trabalhos em curso, que abrangem:

A definição das principais classes e formas de crédito agrícola, aproveitando, para tanto, as experiências obtidas em outras economias mais desenvolvidas;

- A revisão das características dos tipos de títulos que melhor se coadunem com os requisitos próprios do crédito agrícola nas suas diversas modalidades;
- aperfeiçoamento das disposições sobre subsídios, benefícios fiscais e outras formas de ajuda financeira;
- enunciado dos princípios por que se orientará a acção do Estado no domínio da política de crédito agrícola e do financiamento, directo e indirecto, de empreendimentos que interessem ao sector em referência;
- A revisão das condições orgânicas e operacionais dos fundos públicos com carácter financeiro, cuja actividade de apoio se reporta, exclusiva ou fundamentalmente, à agricultura, silvicultura e pecuária;
- estabelecimento de regras que permitem e estimulem uma actuação mais larga dos institutos de crédito do Estado e das várias categorias de instituições de crédito do sector privado, nesse domínio crucial do crédito agrícola.

* **Investigação e vulgarização agrária**

10. De grande importância quanto à orientação da produção e ao lançamento de bases que garantam, a longo prazo, um crescimento sustentado é o conjunto de intervenções que se levarão a cabo no domínio da investigação e da vulgarização agrárias, onde ao Estado cabe papel particularmente importante como desencadeador dos processos de adopção e difusão das inovações tecnológicas, condição primária para um rápido crescimento do produto.

As intervenções projectadas ligam-se com a própria orgânica dos serviços e seu modo de funcionamento. A nova orgânica visa assegurar não só uma melhoria das condições de funcionamento dos serviços ligados à investigação e à vulgarização, mas, ainda, a interligação dos dois tipos de serviços e a sua colocação ao serviço do desenvolvimento do sector. Sendo, embora, de importância primordial para o sector agrícola garantir as ligações entre a investigação, os programas de desenvolvimento e os serviços de vulgarização, a identificação e caracterização dos programas de investigação são acolhidas no capítulo consagrado à investigação.

No que se refere a vulgarização agrícola, e enquanto se não proceder à reorganização dos serviços, há que assegurar a coordenação a nível regional dos departamentos e serviços dependentes da Secretaria de Estado da Agricultura.

Ainda no domínio da vulgarização, importa ter presente que do dinamismo que se conseguir implantar nos respectivos serviços depende, em grande parte, o êxito das pretendidas transformações no domínio do crédito à agricultura, transformações que implicam grande atenuação do papel desempenhado pelas garantias hipotecárias e a sua substituição por projectos de exploração técnica e economicamente aceitáveis.

Formação profissional

11. No conjunto da política agrícola, sobretudo numa perspectiva de longo prazo, assumem grande importância as actuações no domínio da formação profissional e, ligadas com elas, as medidas tendentes a facilitar a abertura de postos de trabalho aos agricultores abrangidos pelos programas de formação.

Reconhecendo-se, embora, essa grande importância, optou-se pela reunião num só capítulo de todas as orientações de formação profissional a desenvolver nos diversos sectores da actividade económica, capítulo onde se acolhem, portanto, as orientações e programas sobre formação profissional agrícola, cuja execução ficará a cargo de um serviço de formação profissional no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura. De assinalar aqui, todavia, a importância das acções de formação que visam directamente os empresários como elemento propiciador da pretendida reestruturação empresarial.

Conservação do solo e gestão dos recursos aquíferos

12. Sendo quer o solo, quer a água factores de produção, as actuações que se venham a desenvolver para a sua conservação e adequada utilização em termos que garantam a preservação do substrato físico do solo e a manutenção do seu potencial produtivo estão forçosa e intimamente ligadas a grande parte das actuações que se desenvolvam ao nível das empresas. No entanto, pelas implicações muito directas sobre a orientação da produção e, nomeadamente, sobre a escolha de alguns programas a incluir no Plano, e ainda pela exigência de um certo número

de medidas com incidência directa, quer sobre os usos a conferir ao solo, quer mesmo sobre a apropriação da terra, convém salientar a conservação do solo e a gestão dos recursos aquíferos como um domínio específico, de profundas repercussões sobre a actividade agrícola.

É neste domínio que se inscrevem as actuações a desenvolver, por intermédio dos serviços, no que respeita a drenagem e despedrega dos solos, quer nas zonas regadas, quer nas não regadas, ao fomento da instalação de pequenos regadios e à constituição, pelo Estado, de novos perímetros de rega, ao melhor aproveitamento das áreas dos actuais perímetros, à modernização dos regadios tradicionais, à protecção das bacias hidrográficas, nomeadamente das grandes albufeiras já construídas, e à protecção de um património florestal já hoje muito importante.

Quanto *a drenagem e despedrega e à constituição de novos perímetros de rega*, as actuações a desenvolver visarão áreas perfeitamente delimitadas, onde o Estado intervirá, apoiando, ou mesmo executando, os investimentos necessários, mas sempre na dependência da preparação prévia de um projecto que permita fundamentar convenientemente, do ponto de vista económico, uma decisão de execução.

Idêntico critério se terá de utilizar em relação à *modernização dos regadios tradicionais e ao melhor aproveitamento dos actuais perímetros de rega*, revestindo-se, também aí, de grande importância a consideração, entre as intervenções a realizar, das necessárias reestruturações empresariais.

Em relação à *protecção das bacias hidrográficas* e, em primeira prioridade, daquelas que alimentam grandes albufeiras já constituídas ou em constituição, ter-se-á de definir, caso a caso, as áreas a submeter a florestação ou a práticas agrícolas restritivas e propor, mediante a apresentação do correspondente projecto, as intervenções necessárias; até final do 2.º ano de vigência do Plano deverão estar completados os inventários das necessidades nesta matéria e atribuídas prioridades quanto ao escalonamento de preparação e apresentação dos projectos, devendo o primeiro projecto entrar em execução com o 2.º triénio de vigência do Plano.

A selecção das áreas em que se irá actuar prioritariamente no que respeita à conservação do solo e

da água, se bem que dependa primordialmente da preparação dos projectos já referidos, fica ainda estreitamente ligada às orientações que, sobre ordenamento do espaço rural, se contêm no capítulo do Plano designado por «Ordenamento do território», devendo, portanto, ser conferida prioridade à preparação dos projectos respeitantes às áreas de desenvolvimento integrado ou a elas ligadas.

Fiscalidade

13. Embora as actuações no domínio da fiscalidade ultrapassem o quadro mais restrito da política agrícola, pelos efeitos que delas se podem obter sobre a melhor utilização de factores e, em geral, sobre a orientação da produção, incluem-se aqui algumas orientações quanto aos desenvolvimentos a suscitar durante a vigência do IV Plano de Fomento.

Assim, a Secretaria de Estado da Agricultura colaborará intimamente na revisão da lei fiscal vigente, a preparar durante o 1.º triénio de execução do Plano; visar-se-á introduzir na lei fiscal os mecanismos necessários à incentivação dos investimentos privados que obedeçam às finalidades do Plano e das actividades agrícolas de regiões críticas, particularmente das zonas montanhosas, ao mesmo tempo que se penaliza a ocupação ociosa de terras agrícolas e as estruturas mal dimensionadas do ponto de vista económico e social.

A necessária legislação, a publicar até final do triénio 1974-1976, é peça fundamental na implantação de uma política de reforma de estruturas tendente a eliminar o forte dualismo de dimensão das empresas existentes hoje no sector agrícola.

Associativismo agrícola

14. O associativismo agrícola tem sido sobretudo encarado nos seus aspectos ligados à organização da oferta de produtos agrícolas e é assim que os próprios objectivos são fixados em termos de quota-parte dos diferentes tipos de produtos a ficarem sob *contrôle* das associações de agricultores em 1979. Se esses aspectos são, na realidade, os da maior importância, sobretudo na actual fase da economia agrícola nacional, é de esperar que, de futuro, as associações agrícolas venham a desempenhar importante papel no

fornecimento ao próprio sector quer de bens, quer de serviços. Acrescente-se, ainda, o papel que, em relação às empresas de dimensões insuficientes, podem desempenhar as associações do tipo «agricultura de grupo», bem como o que pode caber às associações de gestão do património fundiário, no âmbito de uma reestruturação empresarial.

Continuar-se-á, assim, a apoiar a constituição e funcionamento das associações, quer através da concessão de créditos adequados, quer pela formação e pela vulgarização.

Tendo-se afirmado entre nós como fórmulas associativas de autoprestação de serviços as cooperativas agrícolas e caixas de crédito agrícola mútuo, mostra-se conveniente definir a sua articulação com a organização corporativa, sem prejuízo da inteira autonomia empresarial daquelas e da dinamização dos grémios e suas federações, como vias de representação não só dos interesses dos agricultores isolados, mas também dos grupos institucionalizados de produtores.

Para tanto, prever-se-á a participação directa das cooperativas agrícolas e das caixas de crédito agrícola mútuo nos órgãos dos grémios e federações, entregando a estes últimos a representação daquelas na contratação colectiva.

Por outro lado, reforçar-se-á a representatividade dos grémios da lavoura, substituindo os conselhos gerais por assembleias, onde os únicos lugares por inerência caberão aos grupos institucionalizados de agricultores, sendo os restantes preenchidos por sufrágio da generalidade dos produtores.

Preços

15. No que se refere aos equilíbrios entre preços dos diferentes produtos, dar-se-á particular atenção às relações entre os cereais (primários e secundários) e o binómio carne-leite, encaminhando-se essas relações por forma que a produção reconheça a maior vantagem comparativa em se orientar para a pecuária. No entanto, não se perderá de vista a necessidade de se reduzirem substancialmente as intervenções do Estado e de se maximizarem, de um ponto de vista social, as relações benefícios-custos da política agrícola.

Intimamente ligado às intervenções do Estado em matéria de preços de produtos agrícolas está todo um conjunto de subsídios a que se vem recorrendo. Reconhecida a necessidade de que as intervenções do Estado não impeçam a transmissão à produção dos estímulos do mercado e tendo em atenção que um dos objectivos mais gerais da política agrícola é aumentar os rendimentos dos agricultores, entende-se de inflectir a orientação dos programas de subsídios já montados, acentuando-lhes o carácter de subsídios ao investimento.

Organização e disciplina do mercado

16. As reformas no funcionamento dos mercados, particularmente importantes no tocante aos subsectores de vinhos, frutas e produtos hortícolas, carne e produções florestais, implicam, de um modo geral:

Definição de normas de qualidade, com a consequente diferenciação de preços;

Definição dos circuitos utilizáveis, respectivos intervenientes e suas funções;

Definição de redes de infra-estruturas.

As reformas necessárias inscrevem-se, assim, no quadro mais geral do funcionamento dos circuitos de distribuição, aspecto que no Plano se autonomiza em capítulo próprio.

Aproveitamento dos espaços rurais livres de utilização agrícola

17. No domínio da utilização dos espaços rurais livres de utilização agrícola como ambiente de protecção e recreio das zonas e populações urbanas, as actuações deverão incidir em zonas bem delimitadas e traduzir-se-ão, nomeadamente, em programas de equipamento dos aldeamentos, acompanhados de medidas tendentes ao fomento dos meios complementares de alojamento e, em especial, à melhoria das próprias habitações das populações locais, que, de acordo com regulamentação própria, poderão depois passar a hospedar visitantes, que assim se integrarão na vida rural.

Para estas actuações estão naturalmente indicadas, em primeiro lugar, as regiões onde se instalem os parques (nacionais ou regionais) e reservas. Durante o primeiro ano de vigência do Plano serão estuda-

das, pelos serviços competentes das Secretarias de Estado da Agricultura e da Informação e Turismo, as prioridades a atribuir a outras regiões.

C) Programas de actuação e objectivos específicos

18. As actuações previstas nos diferentes domínios, tal como foram enunciados, corporizar-se-ão através de programas e projectos que seguidamente se referem, se bem que a sua inclusão definitiva no Plano esteja ainda dependente, em muitos casos, do aprontamento de estudos que permitam identificar custos em que se incorre — quer de formação de capital, quer de funcionamento — e benefícios a recolher — em termos de satisfação de necessidades ou de produção de bens ou serviços —, e assim fundamentem, adequadamente, as decisões finais de execução.

Por razões de ordenação e dado que não é possível ligar cada programa ou projecto a um e um só objectivo, os programas são agrupados sob os seguintes títulos:

Reforma das estruturas agrárias;

Orientação da produção;

Conservação do solo, gestão dos recursos aquíferos e protecção da cobertura vegetal;

Organização do espaço rural e defesa do meio rural.

Reforma das estruturas agrárias

19. Sob esta designação agrupam-se os programas que visam o aumento da área média das explorações agrícolas do continente e o reforço do associativismo, nomeadamente nos aspectos de transformação e comercialização dos produtos agrários, assim como programas que visam a construção de infra-estruturas de armazenamento de produtos agrícolas. Todavia, na medida em que, através das alterações estruturais, se visa um melhor nível de eficiência económica, estes programas ligam-se também aos objectivos de acréscimo do produto e da produtividade.

20. O primeiro programa inclui um conjunto de estudos através dos quais se procurará identificar, em cada região e sub-região, a dimensão ou dimensões das empresas que deverão ser consideradas como padrões das unidades de produção agrária a promover,

programa cujo desenvolvimento condiciona o lançamento nas diferentes regiões dos programas de actualiação no domínio em causa.

O *programa de assistência financeira para operações de reestruturação fundiária* será conduzido fundamentalmente através do crédito, cuja outorga deverá depender não só de as empresas beneficiárias ficarem com o mínimo de dimensão correspondente ao padrão da respectiva região, mas também da apresentação de um satisfatório plano de exploração, além das demais exigências previstas na lei.

O *programa de emparcelamento*, que se desdobrará em projectos correspondentes a perímetros onde o Estado intervirá nos termos da legislação aplicável a este tipo de operações, incluirá, em cada projecto, não só as operações de emparcelamento propriamente ditas, como ainda o conjunto de investimentos e outras intervenções a levar a cabo no perímetro. Cada uma das decisões deverá desenvolver-se em duas etapas, uma de determinação de viabilidade e outra de preparação do projecto de execução, no fim das quais terá de haver, caso a caso, decisão expressa do Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos.

21. No âmbito do *apoio ao associativismo* incluem-se os seguintes projectos e programas:

Organização e gestão da propriedade florestal privada;

Rede de matadouros industriais;

Rede de adegas cooperativas:

Na área da Junta Nacional do Vinho;

Na Região dos Vinhos Verdes;

Na Região Demarcada do Douro;

Na Região do Dão.

Instalações horto-industriais;

Estações fruteiras;

Instalações leiteiras.

No programa *organização e gestão da propriedade florestal privada* prevê-se a continuação do trabalho, já iniciado no III Plano, de apoio à Cooperativa Florestal dos Concelhos da Sertã, Proença-a-Nova, Oleiros e Vila de Rei, que assume assim um carácter piloto; no âmbito desse apoio prevê-se o estabelecimento de infra-estruturas de defesa e exploração, a

constituição de duas matas do Estado, com carácter experimental, e todo um conjunto de acções de formação e assistência técnica aos associados da Cooperativa.

No âmbito deste programa prevê-se ainda na vigência do IV Plano a criação de mais duas cooperativas abrangendo áreas semelhantes à da Cooperativa citada anteriormente e também na bacia do Zêzere, onde, a mais longo prazo, se prevê a criação de uma união de cooperativas. Nestas cooperativas a acção directa de apoio dos serviços, a propor em projectos individualizados, deverá cessar entre seis a dez anos após o lançamento de cada uma delas.

No *programa de matadouros* prevê-se completar a construção e equipamento dos matadouros do Cachão e de Beja e respectivas redes de recolha de gado e distribuição de carnes. Prevê-se, também, a construção dos matadouros do Alto Minho, da Covilhã, do Crato e de Coimbra e a remodelação dos matadouros do Porto e de Lisboa, incluídos na 1.^a fase da rede nacional, bem como a construção do matadouro de Faro, da 2.^a fase da mesma rede.

Com os *programas de construção e ampliação de adegas cooperativas* prosseguirá o estabelecimento de uma rede de adegas e respectivas uniões. Prevê-se imediatamente que a Junta Nacional do Vinho construa ou amplie 54 unidades vinificadoras e 3 centros industriais de aproveitamento de subprodutos; a Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes prevê a ampliação de 4 adegas; a dos Viticultores do Dão, de 1; e a Federação dos Viticultores da Região do Douro, de 16, bem como a construção de instalações de armazenamento da União de Adegas Cooperativas do Douro.

No *programa de instalações horto-industriais*, a par da previsão de construção de 3 estações de embalagem de produtos hortícolas, prevê-se, ainda, através da utilização de crédito selectivo, apoiar a iniciativa das associações agrícolas que apresentem projectos economicamente bem fundamentados para industrialização de produtos hortícolas ou semelhantes.

O *programa de estações fruteiras*, onde se espera incluir a ampliação de 8 estações e a construção de mais 16, deverá ainda ser coodernado por forma a constituir-se uma rede integrada destas infra-estruturas.

Quanto a *instalações leiteiras*, as deficiências de produção do sector são tão elevadas que se terão de estruturar redes de recolha e estabelecer centrais de tratamento em todas as regiões do País onde houver resposta da produção e que, por isso, justificarem tais investimentos.

Nessas condições prevê-se, desde já, a construção das centrais de tratamento e implantação das respectivas redes de recolha, para servirem as zonas de Beja e do Algarve.

O *programa de armazenamento de cereais* prevê a construção de 16 silos regionais de concentração e dos silos portuários de Leixões, Palença e Funchal, a ampliação do silo de Beja, o prosseguimento da electrificação e mecanização de celeiros e a construção de 5 armazéns para arroz.

Em todos os programas referidos, quer as obras sejam de iniciativa de órgãos da Administração, quer sejam de iniciativa de associações com recurso a crédito do Estado, as decisões finais de execução ficam dependentes das conclusões dos estudos de viabilidade, a realizar.

Orientação da produção

22. No que respeita à *orientação da produção* incluem-se programas que visam fundamentalmente o acréscimo do produto e da produtividade. Estes programas, a desencadear sobretudo através do crédito e estreitamente apoiados pela vulgarização agrícola e pela investigação científica, recebem designações de acordo com a ou as actividades principais envolvidas, mas visam essencialmente a instauração de novos ordenamentos culturais nas empresas. Alguns dos programas envolvem, sobretudo, culturas anuais — culturas arvenses, horticultura e floricultura —, outros envolvem culturas arbóreas e arbustivas e outros ainda implicam a constituição e ordenamento de povamentos florestais.

No que respeita a *programas envolvendo culturas arvenses* prevê-se o lançamento de:

Programa de desenvolvimento de pastagens e de produção pecuária em áreas seleccionadas do continente;

Programa de desenvolvimento pecuário dos Açores;

Programa de intensificação e desenvolvimento de culturas arvenses e industriais.

Paralelamente aos programas citados, haverá que contar, para além das acções já em curso no domínio da suinicultura, com programas de fomento da produção de leite e de carne de outras espécies pecuárias.

No que respeita a *horticultura e floricultura* prevê-se o lançamento de dois programas, um de horticultura e outro de floricultura.

Na base de *culturas arbóreas e arbustivas* prevê-se o lançamento de um programa de frutos secos e dos programas de reconversão dos vinhos do Douro, da Região dos Vinhos Verdes, da Região Demarcada do Dão e do Alentejo e Algarve. Neste domínio deverá ainda preparar-se, durante o 1.º triénio do Plano, um programa de reconversão dos olivais.

No que se refere ao florestamento prevêem-se programas quer do povoamento de terrenos sob administração do Estado, quer de povoamento de propriedade privada.

23. O programa de desenvolvimento de pastagens e de produção pecuária, será desencadeado logo no 1.º ano de vigência do Plano, com a constituição e treino de um corpo técnico no âmbito da reforma de serviços já referida.

Com a execução deste programa espera-se obter anualmente, na fase de estabilidade ao fim de doze anos, as seguintes produções adicionais mínimas:

Carne de bovinos — 15 000 t (peso de carcaça);

Carne de ovinos e caprinos — 11 000 t (peso de carcaça);

Leite de vaca — 35 000 kl;

Leite de ovelha — 8000 kl;

Leite de cabra — 3500 kl.

No final do Plano deverá o programa ter já atingido a máxima expansão prevista no número de empresas e áreas abrangidas, com a seguinte distribuição:

	Explotações	Hectares
Norte	34	1 000
Sul:		
Sequeiro	750	300 000
Regadio	90	4 000
<i>Total</i>	<u>774</u>	<u>305 000</u>

Simultaneamente, o efectivo pecuário envolvido será de cerca de 170 000 bovinos, 660 000 ovinos e 60 000 caprinos.

24. O programa de desenvolvimento pecuário dos Açores visará importantes aumentos nas produções de carne e leite de bovinos, que se espera dupliquem nos próximos seis anos, ao mesmo tempo que promoverá o aproveitamento das infra-estruturas já existentes e a eventual instalação de outras que se revelem necessárias e economicamente justificáveis.

25. O programa de intensificação e desenvolvimento de culturas arvenses e industriais visa, através da utilização de um adequado ordenamento cultural nas explorações, atingirem-se no final do hexénio do IV Plano de Fomento as seguintes metas:

Aumento da produção global dos cereais em cerca de 400 000 t/ano;

Alargamento da área de oleaginosas (girassol, cártamo, etc.), por forma a atingir-se uma produção global de 65 000 t/ano;

Introdução da cultura da beterraba sacarina com vista à produção de açúcar e de forragem;

Produção adicional de cerca de 100 milhões de unidades forrageiras provenientes do cultivo de leguminosas, a orientar sobretudo para auto-consumo no âmbito de maior integração da actividade pecuária na exploração agrícola.

Este programa, a desenvolver segundo linhas semelhantes às de desenvolvimento de pastagens e de produção pecuária, e, portanto, implicando sobretudo a concessão de créditos e a prestação simultânea de assistência técnica, supõe, também, a prévia constituição e treino de um corpo técnico adequado.

26. Os programas de horticultura e de floricultura, a pormenorizar, durante o 1.º ano de vigência do Plano, nos seus aspectos técnicos, económicos, financeiros e de organização, serão conduzidos através da outorga de créditos preferenciais. Com estes programas deverá obter-se da actividade privada a necessária resposta para que o produto bruto, nos respectivos ramos de produção, cresça à taxa-objectivo de 2,5 % ao ano.

No que respeita ao *programa de horticultura*, se bem que se pretenda manter aos níveis actuais a produção do tomate e pimento para a indústria, ir-se-á trabalhar, sobretudo, na produção de:

Batata primor;
Feijão verde;
Cebola;
Ervilha;
Espargo;
Pepino (tipo *cornichon*);
Tomate para consumo em fresco;
Sementes e propágulos de produtos hortícolas.

Com este objectivo procurar-se-á ampliar e aperfeiçoar o esquema já em execução de produções concertadas com os empresários.

No *programa de floricultura* e para expansão de um sector que se apresenta com perspectivas muito promissoras quer no mercado interno, quer no mercado externo, visa-se a exploração das possibilidades de cultura ao ar livre e com recurso a abrigos em estufas frias e temperadas para obtenção quer de plantas ornamentais e de flores, quer dos respectivos propágulos e sementes.

Este último programa articulará as acções a desenvolver pela Administração quer no continente, quer na Madeira e Açores, com as a empreender pelo sector privado com o apoio técnico-económico do Estado.

27. O programa de frutos secos, a preparar para lançamento logo no início do 2.º triénio de execução do Plano, supõe a prévia reestruturação dos serviços e o lançamento de um conjunto de estudos que fundamentem a actuação da Administração. Durante o 1.º ano de vigência do Plano será ensaiado um primeiro programa de apoio à iniciativa privada, através do crédito para reconversão ou expansão das culturas de frutos secos nas zonas tradicionais. Embora ainda na dependência da aprovação final do conjunto dos programas de reconversão de diversas áreas do Nordeste Transmontano, prevêem-se, nesta zona, actuações que visem atingir a seguinte meta:

Plantação de 6000 ha de amendoal em terras actualmente sujeitas a cultura cerealífera (trigo ou centeio) ou incultas.

28. O *programa de reconversão das vinhas da Região Demarcada do Douro* torna-se imperioso e deverá ser executado durante a vigência do IV Plano, de forma a assegurar o crescimento da produção dos vinhedos. Com efeito, importa conseguir que a produção acompanhe o ritmo de expansão das exportações, que nos últimos anos se vêm a fazer à taxa anual de aproximadamente 8 %.

Este programa deverá implicar reconversões e novas plantações numa área total de 24 000 ha, esperando-se que na vigência do Plano se atinja um ritmo médio de execução de 2000 ha/ano.

29. O *programa de reconversão das vinhas da Região dos Vinhos Verdes*, que, a longo prazo, implica a reconversão de 30 000 ha, deverá incidir, durante a vigência do IV Plano, sobre cerca de 8000 ha, distribuídos pelo vale do Lima, pela zona do Alvarinho e pelas bacias dos rios Cávado, Ave, Sousa, Tâmega, Douro, Paiva e Caima.

30. O *programa de reconversão da vinha no Nordeste Transmontano*, a executar na área fora da Região Demarcada do Douro, visa a instalação de 12 000 ha de vinhas, à razão de 2000 ha/ano, distribuídos pelas zonas da Vilarça e do vale do Tua e pelo planalto Mirandês.

31. No referente a *reconversão de vinhas*, além dos programas anteriormente anunciados, prevê-se ainda a preparação de três outros para reconversão das vinhas, respectivamente, na Região Demarcada do Dão, na Região da Bairrada e no Alentejo e Algarve. Estes programas deverão ser lançados antes do fim do 1.º triénio de vigência do Plano, vindo as metas a atingir a ser explicitadas nos programas anuais.

32. Durante a vigência do Plano executar-se-á, também, um *programa de reconversão dos olivais*, tendo em atenção quer as perspectivas que se abrem quanto à procura das mais diversas formas da azeitona de conserva, quer a evolução do consumo de azeite, movimentando-se para zonas de procuras de qualidade. A elaboração de um tal programa, à seme-

lança do previsto em relação aos frutos secos, deverá permitir fundamentar uma actuação mais generalizada da Administração, a desencadear no início do 2.º triénio de vigência do Plano; no entanto, para o 1.º triénio estão já em estudo actuações que visam a constituição de 12 000 ha de novos olivais em zonas do Nordeste Transmontano, distribuídos entre os vales da Vilarça e do Tua e a zona de Freixo de Espada à Cinta e Moncorvo.

33. Sem prejuízo do prosseguimento dos estudos já anunciados da constituição de empresas públicas que tomem a seu cargo a constituição e exploração de povoamentos florestais de fins predominantemente produtivos, em terrenos actualmente sob administração do Estado, logo desde o 1.º ano de vigência do Plano se irão intensificar os *programas de povoamento florestal nesses terrenos*, incluindo-se em tais programas não só as arborizações propriamente ditas, como a implantação de infra-estruturas necessárias à exploração e defesa dos povoamentos e à própria condução cultural.

Conduzir-se-ão programas para exploração de cerca de 408 000 ha de matas, devendo-se arborizar parte de 60 000 ha e construir 1170 km de caminhos, além de diversas edificações, tais como postos de vigia e casas de guarda.

Nó que respeita a *arborizações em propriedade privada*, ir-se-ão constituir 268 600 ha de povoamentos quer em arborizações concentradas (169 600 ha), quer em prédios dispersos (99 000 ha).

Estas arborizações implicam a concessão de créditos em condições ajustadas à natureza, forçosamente muito lenta, de reprodutividade dos investimentos e que estão já consagradas na legislação recentemente promulgada.

Ainda em relação à orientação da produção há a considerar os programas envolvendo diversos subsídios à produção, nomeadamente os que abrangem o sector pecuário, programas esses que, em conjunto com outros subsídios de preço, serão transformados em programas de subsídios ao investimento, especialmente em apoio às realizações atrás indicadas, segundo esquema e calendário que se estabelecerão durante o 1.º ano de vigência do Plano.

Conservação do solo, gestão dos recursos aquíferos
e protecção da cobertura vegetal

34. Sob este título agrupam-se os programas de *drenagem e despedrega, de utilização de água para rega e de protecção das bacias hidrográficas*, como actuações visando predominantemente a conservação do solo e da água. Como programas em que domina o aspecto de conservação da cobertura vegetal, inscrevem-se os de *defesa contra incêndios florestais e de constituição e conservação de revestimentos com funções predominantemente protectoras*.

35. Os programas de *drenagem e despedrega*, a desenvolver em perímetros em que se tornarão obrigatórias tais obras, irão sendo sucessivamente lançados à medida que os projectos referentes a cada perimetro sejam aprovados definitivamente. Durante o 1.º triénio de execução do Plano deverão os serviços da Secretaria de Estado da Agricultura delimitar os perímetros, propor a ordem de prioridade para preparação dos projectos e apresentar para decisão o primeiro desses projectos, cuja execução deverá iniciar-se, assim, o mais tardar em 1977.

Sem prejuízo destas acções concentradas, apoiar-se-á, pelo crédito e simultânea prestação de assistência técnica, a execução de pequenos projectos de drenagem e despedrega por iniciativa privada, acção que se visa facilitar, através da constituição de campos de demonstração, a partir dos quais se espera obter um efeito de alastramento regional que conduza à drenagem de uma superfície de cerca de 5000 ha.

36. Para *modernização dos regadios tradicionais e expansão dos pequenos regadios* prevê-se que, na aplicação do Decreto n.º 3 de 1 de Dezembro de 1892 e do Decreto-Lei n.º 39 755, de 12 de Agosto de 1954, se proceda a obras de melhoria e expansão de pequenos regadios colectivos, incentivando-se a dinamização da agricultura em zonas tradicionalmente regadas. Essa dinamização conduzirá a uma adaptação dos regadios tradicionais a um novo quadro de disponibilidades de mão-de-obra que progressivamente inviabiliza as explorações baseadas em técnicas assentes na abundância do factor trabalho.

As acções a levar a cabo implicarão a explicitação de projectos, na grande maioria dos casos de peque-

nas dimensões, mas que, no final do Plano, abrangerão áreas que totalizam 20 % dos cerca de 600 000 ha que se estima sejam hoje abrangidos por esse tipo de regadios; prevê-se ainda, e para lá das acções citadas, a instalação de um sistema de aspersão com aproveitamento dos caudais de efluentes urbanos, para rega, de uma área de 350 ha nos campos de Loures.

37. Para *melhor aproveitamento dos perímetros regados* executar-se-ão programas — um por cada perímetro — em que de forma sistemática se visa:

Promover as indispensáveis reestruturações empresariais e a adopção de novos ordenamentos culturais;

Dotar cada perímetro com redes de estradas e caminhos eficientes quer para o escoamento dos produtos, quer para trânsito de máquinas e equipamentos;

Melhorar as redes de enxugo e, eventualmente, recuperar água para rega;

Promover a electrificação das explorações agrícolas;

Constituir, quando necessário, cortinas de abrigo conducentes à conveniente compartimentação da paisagem.

Estes programas, de entre os quais terão prioridade o já elaborado para o perímetro do Mira e os que respeitem a «áreas integradas», deverão contribuir decisivamente para que seja possível obter nos perímetros de rega um crescimento do produto bruto do sector à taxa anual de 5 %.

38. Para constituição de *novos perímetros de rega* deverão prosseguir as obras já iniciadas no III Plano para construção de infra-estruturas de armazenamento e distribuição de água no Nordeste Transmontano, no Mondego, na Cova da Beira e no Algarve, e lançar-se-se-á ainda a construção das infra-estruturas necessárias à distribuição de água para rega a partir dos aproveitamentos do Alentejo, bem como novos aproveitamentos no Nordeste Transmontano, no Lima, no Vouga, na Ribeira Grande, nos Açores, e as obras de regularização e defesa marginal do vale do rio Tejo. Simultaneamente, a Secretaria de Estado da

Agricultura lançará, em relação aos vários perímetros, programas para orientação da passagem de sequeiro a regadio.

Os estudos técnico-económicos correspondentes aos projectos e programas novos serão submetidos a aprovação do Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, que definirá a ordem de prioridade a observar na sua execução.

Em relação ao Nordeste Transmontano, onde se prevê venha a ser regada uma área total de 65 000 ha, distribuídos entre o vale da Vilarça, o planalto de Vila Flor-Carrazeda de Ansiães, o vale do Tua, o vale de Macedo de Cavaleiros e zonas convergentes, o planalto Mirandês e as zonas de Vinhais, de Bragança e de Vimioso, para a vigência do IV Plano, além de se completarem os esquemas ligados às barragens de Siqueiro, da Burga, de Santa Justa e de Lodões e de pequenas obras para rega a partir da barragem do Peneireiro, deverão ainda ser lançados os aproveitamentos do vale da Vilarça, do vale do Tua e do vale de Macedo de Cavaleiros. Assim, o complemento de obras já lançadas permitirá a rega de 1300 ha e os novos aproveitamentos acrescentarão as áreas regadas em 10 200 ha.

No vale do Mondego visa-se o estabelecimento de um empreendimento de marcadas características de utilização múltipla, em que avultam a regularização de caudais de cheia, a produção de energia e o armazenamento de água para fins de rega e abastecimento das populações. Do ponto de vista de rega, defesa e enxugo virá a beneficiar-se uma área de cerca de 15 000 ha.

Na Cova da Beira o esquema a desenvolver deverá permitir a rega de 17 000 ha.

No Algarve visa-se a construção de um sistema articulado e coerente para aproveitamento hidráulico das diferentes bacias hidrográficas com fins múltiplos, em que avultam o abastecimento de água das populações, a rega e a regularização fluvial; quanto ao aproveitamento de águas para rega, submeter-se-á a regadio uma área de 7650 ha, como 1.ª fase de um empreendimento que no seu total atingirá 42 000 ha.

No Alentejo deverão submeter-se a regadio mais 22 400 ha, com a seguinte distribuição:

	Hectares
Odiveias	8 200
Barras	600

	ectares
Alfândão	400
Crato	6 500
Alto Sado (S. Domingos)	650
Minutos	1 800
Sapais do Sado	1 500
Marvão	600
Vigia	1 210
Kévora	1 000

O aproveitamento do Lima visa a beneficiação hidroagrícola de uma área global de 5355 ha, com a seguinte distribuição:

	Hectares
Vale do Lima	4 650
Vale do Anha	260
Vale do Ancora	320
Litoral de Viana do Castelo e Afife	625

O aproveitamento da bacia do Vouga, de fins múltiplos, em que avultam a regularização de cheias e o abastecimento de água das populações, a rega, enxugo e recuperação de salgados, a produção de energia e a correcção torrencial, permitirá a sujeição a regadio de uma área que se estima em cerca de 11 000 ha.

O aproveitamento da ribeira Grande, nos Açores, ainda em fase de estudo, deverá permitir a rega de cerca de 5000 ha.

39. Em relação à *protecção das bacias hidrográficas*, embora o programa definitivo dependa do resultado do inventário de necessidades neste domínio, considera-se desde já o prosseguimento dos trabalhos de correcção torrencial na bacia do Lis, nas bacias dos rios Ponsul, Zêzere, Nabão, Sorraia e Muge e ainda nas cabeceiras das linhas de água que atravessam a zona do Funchal, nas da ilha de Porto Santo e nas que confluem para as lagoas das Sete Cidades e das Furnas, nos Açores. Para o final do período do Plano prevê-se que, em relação com estes trabalhos, que deverão incluir a construção de cerca de quinhentas barragens para estabilização do perfil longitudinal dos leitos e outras obras para fixação dos taludes, sejam dominados os processos erosivos em cerca de 1200 ha.

40. O programa de *defesa contra incêndios florestais* visa, primeiramente, a prevenção e o combate aos fogos nas zonas de povoamentos de resinosas, constituindo uma extensa mancha de 750 000 ha nas áreas das Circunscrições Florestais do Porto, Vila Real, Viseu e Coimbra e ainda no distrito de Castelo Branco, mancha onde o Estado administra cerca de um quarto daquela superfície. Subsidiariamente, far-se-á a cobertura de mais 250 000 ha em zonas contíguas.

Com esta cobertura espera-se poder diminuir a área ardida anualmente, que no final do Plano não excederá 0,1 % da área coberta.

Tendo em vista a *conservação de povoamentos com fins eminentemente de protecção*, deverão ser elaborados projectos para manutenção de povoamentos de azinheiras e respectivo eco-sistema associado, bem como de outros tipos de associações vegetais que, embora sem interesse económico directo, se revestem de grande importância para protecção do solo.

No final do hexénio estes povoamentos, a passarem à posse do Estado, deverão atingir uma área de cerca de 50 000 ha.

Organização do espaço rural e defesa do meio rural

41. Sob este título englobam-se alguns programas e projectos que se ligam, sobretudo, de um ponto de vista do sector, à melhoria dos rendimentos dos agricultores, mas cujo interesse é, em alguns casos, principalmente, de preservação de um património comum.

Assim, figuram aqui programas de *desenvolvimento de áreas rurais* especificamente identificadas, de *melhoria da habitação rural e de equipamento, incluindo electrificação das explorações agrícolas* e ainda programas ligados a *defesa da natureza, de constituição de parques e reservas e de aproveitamento dos recursos cinegéticos e da pesca em águas interiores*.

42. Como *programas de desenvolvimento de áreas rurais*, prevê-se o prosseguimento das acções em curso nas áreas de Baião, Marco de Canaveses, Trancoso, Celorico da Beira e Lourinhã e o desencadeamento de acções nas zonas de Chaves e Vila Pouca de Aguiar, Vila Flor e Macedo de Cavaleiros, vale do Lima, Cova da Beira, Baixo Mondego, perímetros do Plano de Rega do Alentejo (Caia, Roxo, Alto Sado e Mira).

O prosseguimento ou desencadeamento das acções previstas implicará a preparação, para cada uma das áreas, de um programa de acção em que se coordenem as diferentes acções de construção de infra-estruturas, de melhoria de habitações, de equipamento de explorações, de reforma das estruturas empresariais e de assistência técnica na região. Em qualquer caso, os programas a executar terão duração limitada, fixando-se desde já que, no final do Plano, as áreas em que já estão em curso acções ficarão integradas nos esquemas normais de acção a cargo das estações agrárias.

43. Para *melhoramento das habitações rurais*, além das acções que se integram nos programas anteriores e no referente ao Parque Nacional da Peneda-Gerês, prevê-se o desenvolvimento de acções segundo prioridades a estabelecer, conjuntamente, pelos serviços das Secretarias de Estado da Agricultura e da Informação e Turismo, com vista à renovação de aldeias com interesse de um ponto de vista turístico. Um primeiro programa desse tipo será o de renovação das aldeias de Penha Garcia, Castelo Novo e Medelim, na região de Castelo Branco.

44. Para *equipamento das explorações agrícolas*, incluindo a electrificação, prevê-se continuar a apoiar a mecanização, quer através do crédito, quer por outorga de subsídios, uns e outros concedidos face a planos de exploração justificativos da necessidade dos equipamentos.

45. No que respeita a *constituição de parques e reservas*, visam-se as seguintes metas:

Continuação das acções em curso no Parque Nacional da Peneda-Gerês, visando o seu ordenamento com delimitação de zonas de reserva natural, incluindo reservas integrais, de zonas de reserva paisagística e de reserva turística, a construção das infra-estruturas necessárias. O programa deverá desenvolver-se por forma que no final do Plano tenha terminado a instalação do Parque, cuja autoridade administradora passará a ter os seus programas de gestão integrados no Orçamento Geral do Estado (orçamento ordinário);

Criação de parques nacionais ou regionais em:

Serra da Gardunha;
Serra de S. Macário;
Serra de S. Mamede;
Maciço calcário estremenho;
Serra do Algarve;
Ilha da Madeira:

Para cada um destes casos se determinarão as áreas a submeter ao regime de parque, as acções de conservação e/ou de reconversão a empreender, os custos respectivos, bem como o projecto de estatuto:

- desenvolvimento das reservas já criadas ou a criar até sua consolidação, altura em que a manutenção passará a constituir encargo normal dos serviços competentes da Secretaria de Estado da Agricultura, e a criação das reservas de:

Ilhas Desertas;
Sapal de Pancas;
Sagres — S. Vicente;
Paul do Boquilobo;
Cabo da Roca;
Ria de Faro;
Caldeirão do Corvo;
Pico da Vara (S. Miguel).

46. Para aproveitamento dos recursos cinegéticos e da pesca em águas interiores prevê-se o incentivo à constituição de coutadas comunitárias e o estabelecimento de novas zonas de pesca, bem como o repovoamento de diversas áreas.

D) Medidas de política

47. A execução dos programas sumariamente enunciados anteriormente implica a revisão de alguns diplomas legais, bem como a publicação de novos diplomas.

Assim, como já se salientou, a exequibilidade dos programas depende em grande parte da reforma dos serviços da Secretaria de Estado da Agricultura e do dinamismo que se lhes conferir. Por outro lado, a grande maioria dos programas assenta sobre a con-

cessão de créditos aos agricultores ou suas associações e na simultânea prestação de assistência técnica através dos serviços de vulgarização. Daqui decorrem, como medidas de política altamente prioritárias:

A reforma dos serviços da Secretaria de Estado da Agricultura;

A reforma da orgânica de crédito agrícola.

43. A reforma do regime fundiário e da orgânica do crédito de acordo com a orientação já expressa impõe o reforço das figuras jurídicas do empresário e da empresa agrícola, o que tem de repercutir-se sobre as formulações:

Do regime de arrendamento;

Do regime de contrato de trabalho rural;

Dos regimes de transmissão da terra, quer por sucessão, quer entre vivos;

Do regime fiscal.

Prendendo-se com o uso da terra, há que legislar adequadamente no sentido de se dispor de:

Um regime para as obras de drenagem e conservação do solo;

e ainda rever o conjunto da legislação respeitante a hidráulica agrícola e aproveitamento de áreas beneficiadas pelas obras de fomento hidroagrícola, designadamente daquelas que, no quadro das orientações em matéria de ordenamento do território, devam ser consideradas como «áreas integradas».

49. Com grandes repercussões sobre a orientação da produção, dada a influência determinante que têm sobre o uso de alguns factores de produção e sobre a comercialização e aproveitamento industrial dos produtos agrícolas, prevê-se a revisão da legislação vigente sobre:

Defesa sanitária das plantas e dos animais;

Defesa hígio-sanitária dos alimentos;

Normas de qualidade.

50. O vasto conjunto de medidas enunciadas anteriormente repercute-se sobre a totalidade dos programas a executar. Há, no entanto, algumas medidas em estreita conexão com alguns programas, o que convém salientar.

Assim, os programas relativos a reconversão de vinhas não são exequíveis sem que seja revisto em profundidade o *regime de plantio da vinha*. Este regime atenderá a normas de condicionamento regional e a técnicas de estabelecimento e cultura que influem na economia e qualidade dos produtos.

A preparação, anunciada, de um programa para reconversão do olival implica a simultânea *revisão da legislação que interessa à olivicultura*.

Os programas de florestação implicam:

Regulamentação das relações entre o Estado e as autarquias locais no que respeita às matas já constituídas ou a constituir em propriedades das autarquias ou em baldios.

Os programas de combate a incêndios florestais exigem também alguns ajustamentos da legislação vigente.

Os programas de aproveitamento dos recursos da pesca em águas interiores e da cinegética implicam a revisão da legislação vigente sobre:

Regime florestal;

Pesca e poluição em águas interiores;

Caça.

E) Actividades correntes ou de equipamento de serviços a financiar transitoriamente pelo orçamento extraordinário

51. Todas as orientações e actuações anteriormente enunciadas implicam, como se viu, a reestruturação e dinamização dos serviços da Secretaria de Estado da Agricultura, acções que não poderão estar realizadas logo no início da execução do Plano. Assim, e uma vez que se tem vindo a incluir no âmbito do orçamento extraordinário um número crescente de programas e projectos que se destinam a reforçar actividades correntes dos serviços ou a criar e manter em funcionamento novos organismos, prevê-se ainda, *mas com carácter transitório*, que o Plano contemple, de início, certo número de programas que, à medida que os diferentes elementos da reforma dos serviços forem cobrindo as respectivas áreas de actividade, irão transitando para o orçamento ordinário dos serviços.

52. Os programas e projectos em causa são os seguintes:

- a) Cooperação agrícola;
- b) Vulgarização agrária;
- c) Horticultura e floricultura;
- d) Culturas arvenses;
- e) Fruticultura — apoio à cultura de pomóideas e de citrinas;
- f) Vitivinicultura — cadastro vitícola e estudos de castas e porta-enxertos e de enologia;
- g) Olivicultura;
- h) Silvicultura — inventário florestal, aquíicultura e cinegética e outros serviços de apoio;
- i) Tecnologias de solo — fertilização e correcção do solo; conservação do solo;
- j) Técnicas de rega;
- k) Produção e certificação de sementes;
- l) Tecnologias e melhoramento da produção animal — nutrição animal, inseminação artificial, contrastes funcionais e registos genealógicos, produção e contraste de reprodutores suínos;
- m) Tecnologias de produtos pecuários — leite e lacticínios e qualidade hígio-sanitária dos alimentos de origem animal;
- n) Defesa sanitária:
 - Das plantas e produções vegetais — homologação de produtos, apetrechamento e funcionamento da rede de defesa fito-sanitária, defesa dos produtos armazenados e defesa sanitária das florestas;
 - Dos animais — campanhas contra zoonoses;
- o) Racionalização do uso de equipamentos — núcleos regionais de mecanização e centro piloto de construções agrícolas e respectivo equipamento;
- p) Estudos de planeamento dos perímetros regados;
- q) Serviços de apoio ao funcionamento do crédito agrícola — Fundo de Melhoramentos Agrícolas;

- r) Estudos e ensaios, incluindo vencimentos e salários e outras despesas com pessoal;
- s) Aquisição de material de sondagens hidrogeológicas.

Estes programas e projectos, com excepção dos mencionados nas alíneas r) e s), que são executados pela Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, do Ministério das Obras Públicas, ficam a cargo de diversos organismos da Secretaria de Estado da Agricultura.